

PARECER DE CONSELHEIRO Nº 004/2024

PAD Nº 2023.000.569

CONSELHEIRO RELATOR: Diego Vinicius Pacheco de Araujo

Ementa: Denúncia em desfavor do profissional [REDACTED] e suposta negligência da equipe de enfermagem do setor maternidade pós-parto do hospital estadual de Santana-AP.

1. Da Designação

Através da Portaria Coren – AP nº 028 de 02 de fevereiro de 2024, fui designado como Conselheiro Relator para o PAD Nº 2023.000.569, com a finalidade de emitir parecer de conselheiro. Para isso recebi o processo físico, contendo 57 páginas, todas numeradas e rubricadas por este Regional.

2. Do objeto em Análise

Trata-se de Análise e parecer de Conselheiro quanto a admissibilidade ou não de instauração de processo ético em desfavor do Sr. [REDACTED], as peças documentais que compõem a produção do Processo Administrativo são citadas abaixo:

- Termo de Autuação - pag. 02
- Ofício nº 005/2023 Comissão de Ética de enfermagem do HES pas. 03 - 5
- Memorando nº 004/2023 – Maternidade HES pag. 6 – 8
- Relatório de enfermagem págs 9 e 10
- Memorando nº 17/2023 págs. 11 – 14
- Relatório do plantão pag. 15 – 17
- Livros de ocorrências págs. 18 – 24
- Nota da Comissão de ética – pag. 25
- Prontuário da paciente – págs 26 – 48
- Escalas de serviço – págs. 49 – 53

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ
Autorquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional
(LEI 5.905/73)
UTILIDADE PÚBLICA
(LEI Nº 2.026/2012 - PMM)

3. Da análise

Trata-se de Análise e parecer de Conselheiro acerca de possível infração ética em desfavor do profissional de enfermagem [REDACTED], técnico em enfermagem.

Aos dias 4 de outubro de 2023, através do protocolo geral foi realizada a denúncia através do ofício 005/2023 oriunda da Comissão de Ética da Enfermagem do Hospital Estadual de Santana, como pode ser observada através do relato do denunciante:

Grifa-se que os fatos narrados foram levantados pela comissão de ética dos profissionais de enfermagem com a informação de que aos dias 4 de agosto de 2023 o fato ocorrera nas dependências daquele hospital, como pode se observar a partir do grifo daquela comissão.

*Ao analisar os documentos nos deparamos com:
Auxílio de cirurgia pelo técnico de enfermagem [REDACTED], apesar de sua RT e essa comissão já tê-lo advertido da proibição.*

Falta de observação contínua à paciente no setor de maternidade no pós-parto, assim como tomada de decisão imediata de manda-la ao CCO, onde tinha obstetra, ao se depararem com a primeira intercorrência apresentada pela paciente.

[...] Esta comissão já esteve em reunião com o referido setor, com a presença da atual RT [REDACTED] e funcionários, inclusive o técnico [REDACTED], que naquele momento foi ofertado a todos a resolução 280/2017 de proibição, o mesmo se negou a pegar.

Nos autos do processo, como anexo à denúncia foram apresentados documentos que demonstram a suposta infração ao código de ética dos profissionais de enfermagem por parte do denunciado.

Ressalta-se que é de fundamental importância a inclusão da ficha espelho do referido profissional com a verificação da sua regularidade junto a este Regional.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ
Autorquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional
(LEI 5.905/73)
UTILIDADE PÚBLICA
(LEI Nº 2.026/2012 - PMM)

Em memorando nº 17/2023 é relatado pela Dra. [REDACTED] – ENF, conforme o que se destaca:

Após revisar o registro de procedimento no livro de cirurgia, e coletar informações verbais, detectei ausência de médico auxiliar nos dois procedimentos cirúrgicos, ou seja, durante o parto cesáreo e a histerectomia subtotal. Mesmo ciente da obrigatoriedade do profissional, o técnico de enfermagem [REDACTED], tomou a posição de auxiliar no procedimento, assumindo assim, os riscos de qualquer intercorrência que viesse acontecer. Ressalta-se que, haviam mais dois médicos obstetras de plantão.

Destaca-se que no mesmo documento é informado que a Dra [REDACTED], apesar de supostamente não ter participado dos procedimentos teve seu nome como auxiliar.

Evidenciou-se que teve suposta incapacidade técnica da equipe de enfermagem da maternidade em identificar choque hemorrágico, mesmo diante de sintomatologia evidente, levando a demora no atendimento imediato pela equipe médica, evoluindo assim para cirurgia de emergência ocasionando agravamento em seu quadro clínico, com posterior óbito.

De acordo com o exposto, supostamente o profissional infringiu os artigos:

Art. 33 Manter os dados cadastrais atualizados junto ao Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição.

Art. 34 Manter regularizadas as obrigações financeiras junto ao Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição.

Art. 45 Prestar assistência de Enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Art. 61 Executar e/ou determinar atos contrários ao Código de Ética e à legislação que disciplina o exercício da Enfermagem.

Art. 62 Executar atividades que não sejam de sua competência técnica, científica, ética e legal ou que não ofereçam segurança ao profissional, à pessoa, à família e à coletividade.

Bem como a infração ao que dispõe na RES COFEN 280/2003, sobre a proibição de profissional de enfermagem em auxiliar procedimentos cirúrgicos.

Art. 1º “É vedado a qualquer profissional de Enfermagem a função de Auxiliar em Cirurgia”.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAPÁ
Autarquia Federal - Órgão Fiscalizador e Disciplinador do Exercício Profissional
(LEI 5.905/73)
UTILIDADE PÚBLICA
(LEI Nº 2.026/2012 - PMM)

4. Da conclusão

Excelentíssima Dra. Coordenadora da Câmara de Ética do Regional, doutos conselheiros, os fatos narrados na denúncia supostamente indicam infração ao código de ética dos profissionais de enfermagem.

5. Do Voto

Considerando o material analisado, em conformidade ao que consta na RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017 e na RESOLUÇÃO COFEN Nº 706/2022, opina-se pela admissibilidade do processo ético disciplinar em desfavor do Sr. [REDACTED] -TE.

Salvo melhor juízo, trata-se do parecer de Conselheiro Relator.

Macapá, 08 de fevereiro de 2024

Diego Vinicius Pacheco de Araujo
Conselheiro Relator Coren-AP
COREN-AP nº 161.667-ENF